



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE TRANSPORTES - SETRAN/DAD/ANP/DGP/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 7937699/2018-SETRAN/DAD/ANP/DGP/PF

Processo nº 08200.308224/2016-98

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº

(Processo Administrativo nº 08200.308224/2016-98)

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos através de rede própria de estabelecimentos credenciados por meio de sistema informatizado, mediante a utilização de sistema informatizado para atender os veículos oficiais, bem como os veículos com autorização judicial de uso, da Academia Nacional de Polícia, administrados pela DAD/ANP, conforme condições, quantidades e exigências neste instrumento e lotes abaixo descritos:

GRUPO					
Item	Especificação	Unidade Medida	QTD. (A)	Custo Unitário (B)	Custo Total (A x B)
1	Gerenciamento e Administração da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via <i>web</i> , por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender os	Evento *	756	28,47	21.523,27

	veículos oficiais da frota da Polícia Federal.				
Item	Especificação	Unidade Medida	QTD.(C)	Desconto % (D)	Custo Total com Desconto $\{(100-D) \times C/100\}$
2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Polícia Federal calculada pelo valor da mão de obra/hora.	Real (R\$)	200.000	7,136	185.126,66
3	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para os veículos da Polícia Federal.	Real (R\$)	400.000	5,47	378.120,00

** Evento: uma ocorrência de manutenção para um determinado veículo*

1.2. A quantidade atual de veículos da Polícia Federal a ser gerenciada é de 108 (cento e oito) viaturas. No Anexo I constam os veículos e suas características.

1.3 Da modalidade de processamento da licitação:

1.3.1 O presente edital visa à contratação de serviços contínuos, cujo processamento do procedimento licitatório dar-se-á por meio de pregão eletrônico, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 em regulamentação ao artigo 37, XXI, da Constituição da República.

1.4 Do Critério de Julgamento das propostas:

1.4.1 O Custo Unitário estimado para serviço de gerenciamento e os percentuais de desconto para os itens de serviço de manutenção e fornecimento de materiais (peças, equipamentos e acessórios) serão definidos no edital do Pregão Eletrônico, após pesquisa de mercado a ser realizada pela área competente do órgão.

1.4.2 Os descontos ofertados para os itens “serviço de manutenção” e “fornecimento de materiais” servirão para identificar a proposta vencedora e para aferir o percentual que incidirá sobre as despesas com ambos os itens durante a execução do contrato.

1.4.3. Para a celebração do contrato será considerado o valor integral dos itens serviços de manutenção e fornecimento de material, sem a incidência do desconto percentual, que será consignado no instrumento contratual para subsidiar a equipe de execução durante a etapa de pagamento, conforme exposto no item 1.4.2.

1.4.4 A empresa vencedora será aquela que apresentar o menor valor global, resultante do somatório do valor total do serviço de gerenciamento com os valores totais do serviço de manutenção e fornecimento de peças após incidência dos descontos.

1.4.5 Dos critérios de aceitação das propostas:

1.4.5.1 O critério de aceitação das propostas será o de menor valor global, definido pelo somatório das colunas “Custo Total (A x B)” e “Custo Total com Desconto $((100-D) \times C/100)$ ”.

1.4.5.2 Para esta licitação, os itens referentes ao gerenciamento, serviços de manutenção e fornecimento de peças foram reunidos em único grupo, objetivando garantir que serviços possam ser executados e peças venham a ser trocadas, de forma a dar maior celeridade e padronização na ação, pois de outra forma a responsabilização por eventual problema poderia ensejar contenda entre mais de um prestador de serviço, o que prejudicaria o refazimento de um serviço mal executado e/ou a peça substituída defeituosa.

1.4.5.2.1 Desagrupar os itens da licitação traria enorme dificuldade no controle e execução do contrato gerando prejuízos incontornáveis a gestão da fota de veículos desta ANP/PF, uma vez que a aquisição de peça de um fornecedor e serviço de instalação de outro pode gerar dificuldade na presponsabilização da garantia da execução do serviço, pois a administração poderia se deparar com a seguinte justificativa de ambos os contratados: ora o prestador do serviço responsabilizando o fornecedor da peça por ter disponibilizado peça de má qualidade; ora o fornecer da peça insinuando que o serviço de instalação foi realizado de forma inadequado por isso gerou a degradação da peça objeto da manutenção, nesse sentido a Administração não possuiria parâmetros razoáveis para averiguar a responsabilidade pelo dano, impossibilitando assim a correção do serviço ou troca da peça defeituosa e a didentificação do efetivo responsável.

1.4.5.3 Para possibilitar maior participação entre as empresas, os itens foram reunidos em grupo único.

1.4.5.4 Nenhum item do grupo poderá ser cotado acima do valor estimado.

1.4.5.5 No contrato restará consignado o valor do Custo Total para o item 1 e o Custo Estimado para os itens 2 e 3, conforme constante na tabela acima, contudo, ficará indicado o desconto ofertado pela vencedora.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios de administração pública, pautando a aplicação de seus esforços na busca de melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados.

2.2. Da necessidade do objeto imposta pelo dever de cumprimento da Missão Institucional da Polícia Federal: À Polícia Federal, conforme teor contido no §1º do Artigo 144 da Constituição da República, incumbe “I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. Dentro desse mister, atua diuturnamente no combate à criminalidade, exercendo, dentro de suas atribuições, função típica de Estado e indispensável à preservação da ordem pública”.

2.2.1 Para o cumprimento da missão institucional da Polícia Federal, a manutenção veicular deve atingir patamares cada vez mais altos de qualidade e acessibilidade a uma de suas principais ferramentas de trabalho: a viatura. É sabido que uma frota mais nova, amparada por planos de manutenção preventiva e corretiva adequados, pode ter seu tempo de inoperância reduzido e sua confiabilidade aumentada, gerando diminuição dos gastos com manutenção, através de controle gerencial e global.

2.2.2 Contratações regionais não são adequadas para suprir as necessidades da Polícia Federal, uma vez que a frota de veículos necessita ser mantida em todo o território nacional, em estabelecimentos capacitados a fornecer os mais variados tipos de combustíveis, peças e serviços necessários ao pronto restabelecimento dos veículos aos postos de trabalho, ou à sequência de seu deslocamento.

2.2.3 Cumpre salientar a possibilidade de veículos da frota da Academia Nacional de Polícia deslocarem-se para operações fora de sua circunscrição de origem.

2.2.4 Segundo a NBR-5462 de 1994, disponibilidade é a capacidade de um item estar em condições de executar certa função em dado instante ou durante intervalo de tempo determinado, levando-se em conta os aspectos combinados de sua confiabilidade, manutenibilidade e suporte de manutenção, supondo que os recursos externos requeridos estejam assegurados.

2.3. Da necessidade de atendimento ao princípio da eficiência pela escolha da metodologia informatizada de gerenciamento de frota:

2.3.1. Sabe-se que os sistemas falham e que não há solução perfeita. Reside, então, o desafio de encontrar uma metodologia de gestão de manutenção a ser aplicada. A chamada autogestão requer servidores dotados de qualificação técnica e gerencial para um acompanhamento sistemático dos serviços realizados nos veículos.

2.3.2. Abstraídas as questões quanto à capilaridade da atuação da Polícia Federal em todo o território nacional, é indiscutível que a contratação de empresa de gerenciamento de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos seus veículos atuará como uma mola propulsora e facilitadora da consecução de suas atividades, considerando que a frota necessita ser mantida em todo o território nacional.

2.3.3 Nesse compasso, rede de estabelecimentos credenciados, apta a fornecer, mão de obra especializada e peças/acessórios/materiais oportunos ao pronto restabelecimento dos veículos aos seus postos de trabalho trará benefícios de forma a maximizar as ações, considerando-se ainda que a Polícia Federal não dispõe, em seus quadros, de servidores especializados em mecânica, tampouco de instalações, equipamentos e ferramental necessário para a manutenção e reparos dos veículos que garantam sua obrigação de primar pela conservação do patrimônio público.

2.3.4 Importante ainda salientar que o presente Termo de Referência visa contemplar todos os materiais e serviços que envolvem a complexidade de manter cada veículo disponível, já que desde a chave de ignição, o pneu, o estrobo, a sirene, o intermitente, a lataria, o serviço de guincho até a identificação visual de cada veículo, seja com pintura convencional, seja por meio de adesivagem e/ou envelopamento, fazem parte do conjunto de fatores que contribuem para que o veículo esteja não só em perfeito funcionamento, mas em correta caracterização.

2.3.5. Por essa razão a contratação em tela, não se restringe unicamente à prestação de serviços de manutenção automotiva em geral. Trata-se da contratação de um serviço visando ao aumento da eficiência no tocante à manutenção dos veículos utilizados no cumprimento das atribuições da Polícia Federal, de maneira a obter um controle padronizado sobre os serviços contratados.

2.4. Da opção da Divisão de Administração pela contratação do presente objeto com abrangência territorial nacional e a consequente melhoria no aproveitamento dos Recursos Públicos:

2.4.1. A Divisão de Administração no âmbito da Academia Nacional de Polícia busca o melhor gerenciamento dos Recursos Públicos optando pela contratação de abrangência territorial nacional, considerando-se sobretudo, as necessidades eventuais de deslocamento de veículos, atravessando diversas unidades da federação;

3. DOS SERVIÇOS:

3.1. A contratação pretendida objetiva atender aos itens a seguir listados, cujas especificações são parte constante deste Termo de Referência:

3.2. Manutenção mecânica preventiva, corretiva e de garantia de fábrica;

3.3. Manutenção elétrica;

3.4. Serviço de guincho, 24 (vinte e quatro) horas, com transporte em suspenso e socorro mecânico, sem franquia quilométrica;

3.5. Serviço de lanternagem e funilaria;

3.6. Serviço de pintura;

- 3.7. Serviço de estofagem;
- 3.8. Serviços de alinhamento, câster, cambagem, desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado;
- 3.9. Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva;
- 3.10. Serviços de manutenção de ar condicionado automotivo;
- 3.11. Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo;
- 3.12. Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo;
- 3.13. Fornecimento de placas de identificação veicular;
- 3.14. Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares policiais luminosos e sonoros;
- 3.15. Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões da Polícia Federal/MJ, inclusive com fornecimento de material adesivo utilizado nas viaturas;
- 3.16. Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus;
- 3.17. Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar;
- 3.18. Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Termo de Referência, seja necessário ao perfeito reparo do veículo, assim como esteja determinado em manual do veículo ou recomendado pelo SETRAN/DAD/ANP/DGP/PF.
- 3.19. A prestação dos serviços e fornecimento de peças, acima descritos, deverá atender:
 - 3.19.1. À atual frota oficial da Academia Nacional de Polícia gerida pela Divisão de Administração, conforme relação constante no Anexo I.
 - 3.19.2. Outros veículos que venham a ser acrescidos ou substituídos à referida frota da Academia Nacional de Polícia;
 - 3.19.3. Veículos cedidos à Polícia Federal;
- 3.20. O quantitativo de veículos componentes desta frota da Academia Nacional de Polícia, estando suas características discriminadas no Anexo I do presente Termo de Referência.
- 3.21. A contratação na modalidade global/lote justifica-se pela necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços associando a prestação da mão de obra com o fornecimento das peças.
- 3.22. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do Presente Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO:

- 4.1. O objeto a ser contratado encontra amparo legal na Lei n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, pois os materiais e serviços especificados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem e foram objetivamente definidos, por meio de especificações usuais, sendo certo que possuem mercado próprio onde são negociados normalmente, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, nos termos do Decreto nº 3.555/2000.
- 4.2. Aduz-se ainda, a corroborar com o subitem anterior, que toda a qualificação técnica envolvida para cumprimento das especificações contidas neste Termo de Referência, como por exemplo nos serviços de

mecânicos, eletricitistas, capoteiros, vidraceiros, envelopadores, etc, é conhecida no mercado, onde se faz demonstrar a natureza comum.

4.3. Em que pese a definição sobre o que são bens e serviços comuns não ser unívoca, no anexo do Decreto nº 3.555/2000, alterado pelo Decreto nº 3.784/2001 constam bens e serviços considerados comuns e, dentre eles, encontram-se os serviços de manutenção em bens móveis.

4.4. Os serviços que serão contratados enquadrar-se-ão nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, os quais constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Considerando que os veículos constituem ferramentas indispensáveis às atribuições policiais, sendo imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização, é necessário que a manutenção e conservação automotiva sejam executadas de forma contínua.

5. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

5.1. Dos Serviços de Administração e do Sistema de Gerenciamento de Frota:

5.1.1. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado via internet - WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada, para atender os veículos da frota da Polícia Federal que propiciará gestão e controle detalhado das informações à Contratante.

5.1.2. A Gestão da manutenção da frota de veículos, gerida pela Contratante, por meio de sistema informatizado de controle integrado compreende o atendimento nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, elaboração de orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados especificados neste Termo de Referência e todos os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos da Contratante, observadas todas as marcas/modelos, conforme Anexo I, e restauração do bem às condições de segurança, devendo a Contratada:

5.1.2.1. Apresentar lista de sua rede credenciada, que deve ser capaz de atender em todo o território nacional e da forma indicada nos itens 5.5.1, 5.5.2, 5.5.3, 5.6.2 e 5.6.3, a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos descritos no Anexo I e nas demais especificações contidas no presente Termo de Referência, mantendo-a sempre atualizada.

5.1.2.2. Credenciar, junto à Polícia Federal, no âmbito do Distrito Federal, equipe de representantes para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones, fixos, celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados, além de atender outras praças fora do DF que porventura necessitem de esclarecimentos ou soluções.

5.1.2.3. Disponibilizar acesso ao **Sistema AUDATEX MOLICAR, ou similar no mercado, de forma que se possibilite** a verificação da conformidade de valores com relação à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão, nos moldes estabelecidos nos subitens 5.1.9.18.1 a 5.1.9.18.5.

5.1.2.4. Providenciar, sempre que solicitado pela Polícia Federal, por intermédio do Setor de Transportes – SETRAN/DAD/ANP/DGP/PF, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou, ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos neste Termo de Referência, ou ainda por quaisquer outras

questões técnicas.

5.1.2.5. Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos do sistema destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

5.1.2.6. Prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

5.1.2.7. Garantir que a rede credenciada atenderá às exigências previstas no item 5.4.1, atentando para a responsabilidade prevista no item 5.4.2.

5.1.2.8. Possibilitar migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da Contratante, com vistas à alimentação de banco de dados da própria Contratante.

5.1.3. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integram.

5.1.4. O sistema de gerenciamento de frota, também denominado orçamentação, envolve:

5.1.4.1. A Contratante faz a solicitação do serviço/fornecimento de peças, através do sistema informatizado da Contratada.

5.1.4.2. A **Contratante é a responsável pelo levantamento das cotações** e negociações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, e dos acompanhamentos dos prazos e execução dos serviços pela credenciada, além de consultas de preços de mercado de peças não encontradas no sistema de consulta oferecido, concomitantemente, o fiscal do contrato, de forma complementar e apuratória, poderá fazer cotação de preços que, preferencialmente, poderá ser realizada em empresas não conveniadas com a empresa que eventualmente vencer a licitação, a fim de que não fique ao completo alvedrio da contratada.

5.1.4.3. A Contratante é a única que pode autorizar os orçamentos previamente apresentados.

5.1.4.4. O estabelecimento credenciado que oferecer os menores orçamentos, dentro dos limites de preço e tempo constantes na AUDATEX, ou similar, e na tabela tempária, executará os serviços e fornecerá peças com a devida autorização da Contratante.

5.1.4.5. A Contratante é responsável pelo recebimento e conferência das notas fiscais/faturas emitidas pelas credenciadas e somente a empresa contratada poderá apresentar nota fiscal/fatura relativas a execução dos serviços executados.

5.1.4.6. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão, em mídia editável compatível com Excel/Microsoft e Word/Microsoft, de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lubrificação, reparação de acessórios policiais utilizados nas viaturas, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, pneus, plotagem, adesivagem, peças em geral, e tudo mais descrito neste Termo de Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

5.1.5. Histórico de manutenção de veículo contendo valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças e total de hora mão de obra utilizada.

5.1.5.1. Ordem de serviço cadastrada.

5.1.5.2. Comparativo do valor na Ordem de Serviço.

5.1.5.3. Orçamento eletrônico.

5.1.5.4. Registro de garantia de peças/serviços.

5.1.5.5. Histórico dos orçamentos.

5.1.5.1.6. Comparação de orçamentos para análise de histórico.

5.1.5.1.7. Relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca.

5.1.5.1.8. Cotação em tempo real (*on-line*) das oficinas – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo.

5.1.5.1.9. Cadastro do veículo.

5.1.5.1.10. Composição da frota e idade média.

5.1.5.1.11. Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados.

5.1.5.1.12. Relatório de operação de manutenção.

5.1.5.1.13. Utilização de peças e serviços por estabelecimentos.

5.1.5.1.14. Custos por grupo de manutenção ou centro de custos – veículo.

5.1.5.1.15. Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos.

5.1.5.1.16. Custos e quantidades por tipo de manutenção – equipamento.

5.1.5.1.17. Veículos x manutenção preventiva.

5.1.5.1.18. Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços.

5.1.5.1.19. Pesquisa no sistema – preços de peças e serviços.

5.1.5.1.20. Custos por km e indicadores – veículos.

5.1.6. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

5.1.7. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a um dia útil.

5.1.8. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

5.1.9. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, através de:

5.1.9.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota.

5.1.9.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto às oficinas credenciadas.

5.1.9.3. Sistema operacional para processamento das informações via *web* em tempo real pela Contratante e Rede Credenciada.

5.1.9.4. Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via *Internet (web)* em tempo

real (*on-line*).

5.1.9.5. Acesso para os Gestores de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela Contratante.

5.1.9.6. Informatização dos dados do veículo e respectiva unidade organizacional, da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

5.1.9.7. Possibilidade de adquirir peças diretamente de distribuidores credenciados, reduzindo custos com aquisição.

5.1.9.8. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela *internet*.

5.1.9.9. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

5.1.9.10. Interface digital (oficinas x Contratante).

5.1.9.11. Orçamento eletrônico com acesso *on-line* (as oficinas credenciadas cadastrarão os orçamentos diretamente no sistema via *web*).

5.1.9.12. Banco de dados dos históricos de orçamentos e de manutenções realizadas.

5.1.9.13. Planilha de custos por marca/modelo/departamento.

5.1.9.14. Histórico de manutenção por veículo.

5.1.9.15. Ferramenta *on-line* para avaliação e autorização de serviço.

5.1.9.16. Relatório de custos por centros de custo e geral.

5.1.9.17. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 95/98/XP /2000/Vista/Seven e Linux, com os navegadores Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP e BrOffice, sendo de responsabilidade da proponente quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5.1.9.18. Deverá ser fornecida, sem nenhum custo adicional para Contratante, ferramenta capaz de possibilitar que os fiscais realizem, *on-line*, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, que pode ser o Sistema AUDATEX MOLICAR, ou outro instrumento hábil equivalente técnico, assim como consulta às tabelas de tempo de mão de obra padrão, extremamente necessária para fiscalização dos orçamentos apresentados pelas oficinas credenciadas. O Sistema deverá ser composto por módulos de orçamentos e de consulta rápida de preços de peças para caminhões, automóveis e motocicletas e que atendam, no mínimo, as seguintes exigências:

5.1.9.18.1. Software de automação auto instalável, aplicação preferencialmente em *desktops*, mas podendo ser disponibilizado em versão para *tablets*, *smartphones* ou celulares, com licença para, no mínimo, três servidores e possibilidade de outros pontos adicionais.

5.1.9.18.2. Possibilidade de emissão de orçamentos eletrônicos de veículos, permitindo a avaliação de danos em veículos gerando orçamentos contendo código das peças e tempo de realização dos serviços de mão de obra para manutenção, chapeação e pintura, objetivando verificar a conformidade de preços.

5.1.9.18.3. Os preços das peças deverão ser atualizados no máximo mensalmente, ou de acordo com as alterações de preços das peças pelos fabricantes de cada marca, não sendo aceito valor diferente, caso não seja apresentada a atualização de tabelas, valendo para fins de aceitação do orçamento, o valor constante na última tabela apresentada.

5.1.9.18. 4. Inclusão permanente de novos veículos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão de obra).

5.1.9.18.5. Possibilidade de busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça do veículo (marca, modelo, ano e motorização).

5.1.10. O Sistema deverá possibilitar à Contratante, por meio da rede credenciada da Contratada, aquisição de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitado, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

5.1.10.1. Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo, ou

5.1.10.2. Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo, ou

5.1.10.3. De outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

5.1.10.4. De uso automotivo, independente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.

5.1.11. O sistema deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, conforme segue:

5.1.11.1. Manutenção preventiva, que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo.

5.1.11.2. Manutenção corretiva, que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar pequenas ou grandes avarias em veículos acidentados e considerados aptos à recuperação.

5.1.11.3. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a Contratante com relação aos veículos com garantia de fábrica, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas.

5.1.11.4. Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

5.2. DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA:

5.2.1. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está na taxa de Administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante, não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informação utilizados pela Polícia Federal.

5.2.2. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2.2.1. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 05 (cinco) dias após informações prestadas pela Contratante.

5.2.3. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos.

5.3. DO ESCLARECIMENTO A RESPEITO DAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA:

5.3.1. A Contratada deverá realizar esclarecimento a respeito das funcionalidades do sistema de gestão de frota aos gestores e/ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, nos moldes que se seguem:

5.3.1.1. Alocação de espaço físico de livre escolha da Contratada, na cidade de Brasília/DF, com estrutura mínima para o recebimento de 10 (dez) pessoas, de modo a atender a melhor logística de deslocamento dos servidores da Polícia Federal.

5.3.1.2. Por estrutura mínima, compreende-se local adequado à quantidade de pessoas indicadas no item anterior, material didático, recursos audiovisuais compatíveis com o evento e instrutor qualificado.

5.3.1.3. Data de realização, carga horária e conteúdo deverão ser previamente alinhados com o responsável, a ser indicado pela Contratante.

5.3.2. Caso haja custos com diárias e passagens dos servidores participantes, esses ficarão a cargo da Contratante.

5.3.3. A Contratada deverá oferecer esclarecimentos adicionais, se necessário, a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos no item 5.3.1.

5.3.4. Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento dos conhecimentos poderá ser realizado por meio de esclarecimento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

5.4. DA ESTRUTURA DA REDE CREDENCIADA DE OFICINAS:

5.4.1. A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

5.4.1.1. Possuir microcomputador, impressora e conexão à *Internet*.

5.4.1.2. Dispor de estrutura física, técnica, de ferramental e equipamentos para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

5.4.1.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo.

5.4.1.4. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados.

5.4.1.5. Devolver os veículos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento, sendo impedida de dirigi-los nos traslados de recebimento e entrega.

5.4.1.6. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pela Contratante.

5.4.1.7. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar.

5.4.1.8. Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.

5.4.2. A Contratada será a única responsável por garantir que as oficinas credenciadas atendam às exigências descritas no item 5.4.1.

5.4.3. A critério da Administração, havendo necessidade de credenciamento de novas oficinas, o prazo para conclusão do processo será de 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação da Contratante.

5.5. DAS LOCALIDADES ONDE DEVE EXISTIR REDE CREDENCIADA:

5.5.1. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva em geral, preventiva e corretiva, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios, deverá ocorrer obrigatoriamente nas cidades constantes no Anexo II, onde deverão existir, em cada uma delas, pelo menos, 03 (três) oficinas credenciadas disponibilizadas pela Contratada, excetuando-se o previsto no item 5.5.2. Ressalte-se que a exigência de pesquisa de preços em, ao menos 3 (três) oficinas, visa proporcionar redução de custos advinda da maior competitividade entre os interessados e está em consonância com a orientação exarada no Acórdão n.º 1.456/2014 – do Plenário do TCU, de 04 de junho de 2014.

5.5.2. A Contratada deverá manter um mínimo de 05 (cinco) estabelecimentos credenciados nas capitais da federação durante toda vigência contratual, capazes de atender as marcas e modelos descritas no Anexo I deste Termo de Referência, levando-se em consideração haver veículos leves e pesados nesta composição.

5.5.3. Objetivando suprir todas as revisões necessárias para manutenção de garantia de fábrica, deverão existir, obrigatoriamente, concessionárias credenciadas de todas as marcas listadas no Anexo I, nas capitais e, sempre que possível, nos demais municípios listados no Anexo II.

5.5.4. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede ou, *a posteriori*, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

5.5.4.1. Na ocorrência do descrito no item 5.5.4, a Contratada deverá providenciar o reparo na localidade mais próxima da unidade de lotação do veículo oficial a ser mantido, sendo que esse deslocamento será realizado as suas expensas, como com a utilização de guincho, nos casos em que a viatura apresente defeito que a imobilize.

5.6. DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS E DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS PELA REDE CREDENCIADA

5.6.1. A Contratada deverá manter credenciamento com concessionárias das marcas que compõem a frota da Contratante, conforme disposto no item 5.1.1 e listagem do Anexo I, obrigando-se, no mínimo, a atender nas quantidades e localidades indicadas nos itens 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.3, inclusive objetivando manter a garantia de fábrica para a revisão dos veículos novos, resguardados os casos previstos nos itens 5.5.4 e 5.5.4.1. Havendo aquisições de novas marcas pela Contratante, após formalização do pedido, a Contratada deverá incluir aquelas concessionárias em sua rede credenciada, em tempo hábil para as revisões vindouras.

5.6.2. A Contratada deverá manter credenciamento de empresas que atuem nos segmentos a seguir listados em todos os municípios, conforme as localidades descritas no item 5.5.1:

5.6.2.1. Empresa especializada no fornecimento de materiais e serviços de:

5.6.2.1.1. Elétrica, mecânica, funilaria, lanternagem, retificação e ajuste de motores e todos os demais serviços necessários para o pleno restabelecimento do veículo à frota automotiva do órgão solicitante.

5.6.2.1.2. Adesivagem/adeseivos, plotagem, envelopamento automotivo e afins, nos padrões da Polícia Federal/MSP, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratante e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.

Trata-se de serviço realizado apenas em caráter excepcional, porém necessária à identificação das viaturas operacionais da Polícia Federal. Considerando-se a pretensão de renovação da frota em prazo inferior ao período de 5 (cinco) anos, a maioria das viaturas é substituída sem a realização deste serviço. Contudo, pode haver a necessidade de serviços na lataria que demandem a reposição da adesivagem, mas, historicamente, em baixíssima quantidade, de forma que não se justifica a contratação individualizada deste serviço.

5.6.2.1.3. Cópia de chaves simples e codificadas, assim como na abertura de portas e fechaduras de veículos automotores, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratante e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça. Trata-se de serviço acessório com total pertinência em relação à prestação de serviço veicular no aspecto corretivo cuja pequena demanda existente não justifica financeiramente a contratação individualizada do serviço. O contrato em andamento no âmbito do Departamento não contempla confecção de chaves com a sofisticação tecnológica atualmente exigida pelos veículos. Ademais, é importante a exigência de contratação com abrangência em outras unidades da federação para cobertura em eventuais missões que exigem o deslocamento de maior amplitude.

5.6.2.1.4. Colação e retirada de películas de controle solar para veículos automotores, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratante e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça. Apesar do fato de os novos veículos adquiridos pela Polícia Federal saírem do fornecedor contendo películas de controle solar, conforme exigência contratual, eventuais quebras de vidros demandam reposições pontuais de películas. Dessa forma, o serviço constante neste item é necessário, mas os baixos custos demandados não justificam contratação individualizada.

5.6.2.1.5. Socorro mecânico, por intermédio de guinchos, plataformas, capazes de atender todas as marcas e modelos de veículos oficiais pertencentes à frota da Polícia Federal, conforme descritos neste Termo de Referência. A necessidade do presente item se justifica pelo fato de surgirem demandas de serviços de guincho em áreas remotas do país quando há viaturas em deslocamento em missões nestas regiões. Contudo, a pequena demanda bem como a eventualidade deste serviço não justifica sua contratação individualizada, pois, se feita desta forma, haveria dispêndio maior injustificável de recursos públicos.

5.6.2.1.6. Os serviços que não apresentarem, devido as suas peculiaridades, tabela de valores referenciais, deverão ter seus preços obtidos através de pesquisa realizada pela Contratante e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.

5.6.2.1.7. Borracharia automotiva, com fornecimento de materiais relativos ao serviço, como pneus, válvulas e câmaras de ar, além de desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve. Trata-se de serviço característico de manutenção tanto corretiva quanto preventiva, fazendo parte de item predominante do *check list* de manutenção rotineira de qualquer oficina de manutenção. Item de suma importância também no que pertine à segurança dos condutores, sobretudo nos deslocamentos mais longínquos.

5.6.2.1.8. Alinhamento, geometria e balanceamento, tanto simples como computadorizado, cambagem e câster, com o fornecimento dos materiais relativos ao serviço, como pneus, bicos e câmaras de ar. Trata-se de serviço característico de manutenção tanto corretiva quanto preventiva, fazendo parte de item predominante do *check list* de manutenção rotineira de qualquer oficina de manutenção. Item de suma importância também no que pertine à segurança dos condutores, sobretudo nos deslocamentos mais longínquos.

5.6.3. A Contratada deverá manter credenciamento de, no mínimo, um fornecedor de peças e serviços especializado nas marcas MOTOROLA, RONTAN, ENGESIG e de outras empresas que venham a ser contratadas, que equipam os veículos policiais em seus sistemas de iluminação, acústica e comunicação da atual frota, devendo credenciar outras marcas que porventura venham a equipar novos veículos na cidade de **Brasília/Distrito Federal**, sendo que os valores pagos deverão ser objeto de consulta ao mercado, na data da necessidade, considerando que trata-se de serviço/material cuja disponibilidade está restrita aos credenciados pelo

fabricante de cada marca.

5.6.4. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante quanto aos itens 5.6.2 e 5.6.3, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data que for notificada da carência de credenciadas. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

5.6.4.1. Na ocorrência do descrito no item acima, a Contratada deverá providenciar o reparo na localidade mais próxima da unidade de lotação da viatura a ser mantida, sendo que esse deslocamento será realizado às suas expensas, somente nos casos em que o veículo apresente defeito que o imobilize.

5.7 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS:

5.7.1. A manutenção e conservação dos veículos da Contratante, através de reparação automotiva, revisões em garantia, revisões preventivas e corretivas realizadas por rede credenciada de oficinas, deverá compreender os serviços de mão de obra referentes à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos, inclusive aqueles acidentados, com fornecimento de peças, acessórios e materiais específicos necessários à execução dos serviços relativos à correta manutenção do veículo, incluindo-se:

a) Mecânica Geral: Consiste em serviços de mecânica em motor, retifica, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins, incluindo-se a manutenção de garantia, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo de outros serviços afins.

B) Lanternagem e funilaria: Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio e madeira (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins

c) Pintura/Estufa: Consiste em serviços de pintura automotiva externa e interna, com polimento, cristalização, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços afins.

d) capotaria: Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo não só a tapeçaria, como também a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.

e) Sistema Elétrico: Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos como faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros, e todos os outros serviços afins.

f) Sistema Hidráulico: Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros), e todos os outros serviços afins.

g) Borracharia completa: Consiste em aplicação de remendos em pneus com e sem câmara de ar, vulcanização, troca de pneus, de câmaras de ar, colocação de rodas, calotas, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve, bicos e todos os outros serviços afins.

h) Balanceamento, Alinhamento, Cambagem e Cáster: Consiste em serviços de regulagem, simples e computadorizadas, do sistema de rodagem do veículo, e todos os outros serviços afins, além do fornecimento de materiais relativos aos serviços, como pneus, bicos e câmaras.

i) Suspensão: Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barras de direção e todos os outros serviços afins.

j) Socorro mecânico/guincho: Consiste em serviços de socorro e transporte, através de veículo do tipo guincho capaz de atender todos os veículos da Contratante, relacionados neste Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Justificada a existência do referido

serviço no item 5.7.5.13.

k) Instalação de Acessórios: Consiste nos serviços de conserto e instalação de equipamentos e acessórios de som e imagem.

l) Vidraçaria: Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento do para-brisa, instalação e retirada de películas de controle solar (*insulfilme*), e todos os outros serviços afins.

m) Ar condicionado: Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, de elemento filtrante, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos, e todos os outros serviços afins.

n) Lubrificação, filtros e fluídos: Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica, com substituição dos filtros de óleo, combustível, além dos fluídos de freio e arrefecimento, e todos os outros serviços e materiais afins.

o) Acessórios policiais: Consiste nos serviços de reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo, instalados em razão da atividade policial, sejam os rádios comunicadores, os dispositivos luminosos ou sonoros, com substituição de peças, e todos os outros serviços/materiais afins.

p) Chaveiro: Consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples ou codificadas, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição, e todos os outros serviços/materiais afins. Justificada a permanência do referido serviço no item 5.7.5.16.

q) Plotagem: Consiste nos serviços de retirada e colocação de plotagem, envelopamento e adesivos para os veículos descritos neste Termo de Referência, nos padrões do DPF. Trata-se de serviço realizado apenas em caráter excepcional, porém necessária à identificação das viaturas operacionais da Polícia Federal. Considerando-se a pretensão de renovação da frota em prazo inferior ao período de 5 (cinco) anos, a maioria das viaturas é substituída sem a realização deste serviço. Contudo, pode haver a necessidade de serviços na lataria que demandem a reposição da adesivagem, mas, historicamente, em baixíssima quantidade, de forma que não se justifica a contratação individualizada deste serviço.

r) Outros: Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos necessários, ou por orientação da Contratante, desde que a natureza esteja contemplada no objeto da contratação.

5.7.2. A manutenção preventiva refere-se à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/condutor, levando-se em conta a quilometragem de 1.000, 5.000, 10.000, 15.000, etc., precavendo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da Contratante.

5.7.3. A manutenção corretiva destina-se a repor o veículo em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças que se apresentarem danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. Incluindo conserto e reparação total de veículos porventura acidentados.

5.7.4. Devem ser observadas e realizadas as revisões periódicas conforme manual do fabricante, atendendo todas as exigências legais para manter a garantia de fábrica, realizadas em Concessionárias, conforme marca dos

veículos, em período de garantia e/ou quando da aquisição de novos veículos.

5.7.5. Os serviços corretivos ou preventivos a serem executados, além do constante no manual do fabricante do veículo, deverão observar o disposto nos seguintes itens:

5.7.5.1. Revisão de todos os itens do sistema de transmissão, inclusos: lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas e balanceamento de eixo cardã, se houver, juntas homocinéticas, cruzetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo, coxins e outros afins.

5.7.5.2. Revisão de todos os itens do sistema de direção, inclusos: aperto de parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, cambagem das rodas e outros.

5.7.5.3. Revisão de todos os itens do sistema de freio, inclusos: regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, dos discos, tambores, nível do fluido de freio e substituição se necessário, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindro mestre e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas) e outros.

5.7.5.4. Revisão de todos os itens do sistema de arrefecimento, inclusos: exame do radiador, sensores, aditivos, verificação do nível da água e mangueiras e outros afins.

5.7.5.5. Revisão de motor: verificação das correias, óleo, filtro de óleo e combustível, juntas, coxins, bombas injetoras, sensores, turbinas e substituições se necessário com fornecimento completo dos insumos e outros.

5.7.5.6. Revisão de todos os itens do sistema de suspensão, inclusos: molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barras estabilizadoras, rolamentos internos e externos e outros.

5.7.5.7. Revisão do sistema de exaustão de gases do motor: escapamentos intermediário e final, catalizadores, sensores, coletores de escape e suas respectivas juntas.

5.7.5.8. Revisão do sistema elétrico, incluindo os acessórios de sinalização policial (giroflex, estrobo) e outros.

5.7.5.9. Serviços de lanternagem, funilaria e pintura (corretiva e/ou estética), reparos, incluindo reposição de peças e acessórios.

5.7.5.10. Serviços de borracharia, quando necessário, incluindo o fornecimento e troca de pneus sem condições de uso ou segurança, ou danificado e/ou sua respectiva roda.

5.7.5.11. Aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, plotagem, envelopamento e adesivagem, no padrão da Polícia Federal, conforme modelos a serem fornecidos pela Contratante.

5.7.5.12. Serviços de vidraçaria automotiva, quando necessário, incluindo o fornecimento de vidros e guarnições, incluindo também reparos para pequenas trincas em para-brisas e vidros laterais.

5.7.5.13. Serviço de reboque, guincho e assistência de socorro mecânico que deve estar apto a atender 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, não sendo necessária disponibilidade integral, apenas por demanda, em veículo do tipo guincho (caminhão), com prancha, conduzido por motorista devidamente habilitado com Carteira Nacional de Habilitação-CNH adequada para o tipo de veículo e dentro da validade, devendo a ocorrência ser atendida no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação feita pela Contratante. Não sendo possível o atendimento da demanda dentro do prazo estabelecido devido a escassez de serviços de guincho na região, a Contratada deverá entrar em contato imediatamente com o Fiscal de Contrato e apresentar justificativa. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade, acatará a justificativa e dilatará o prazo de atendimento. A necessidade do presente item se justifica pelo fato de surgirem demandas de serviços de guincho em áreas remotas do país quando há viaturas em deslocamento em missões nestas regiões. Contudo, a pequena demanda bem como a eventualidade deste serviço não justifica sua

contratação individualizada, pois, se feita desta forma, haveria dispêndio maior injustificável de recursos públicos.

5.7.5.14. Serviços de reparação de acessórios policiais das viaturas, sejam de comunicação, sonoros ou luminosos, bem como as peças e reposições dos mesmos.

5.7.5.15. Serviços de confecção de chaves simples ou codificadas para veículos, além de abertura de portas e reparo em fechaduras de portas de veículos, que se façam necessários. Trata-se de serviço acessório com total pertinência em relação à prestação de serviço veicular no aspecto corretivo cuja pequena demanda existente não justifica financeiramente a contratação individualizada do serviço. O contrato em andamento no âmbito do Departamento não contempla confecção de chaves com a sofisticação tecnológica atualmente exigida pelos veículos. Ademais, é importante a exigência de contratação com abrangência em outras unidades da federação para cobertura em eventuais missões que exigem o deslocamento de maior amplitude.

5.7.6. As peças danificadas ou impróprias para uso, seja por desgaste, defeito de fabricação ou quebra decorrente do uso normal dos equipamentos, deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso, originais ou recomendadas pelo fabricante, com garantia de fábrica/montadora e os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento fornecido pelas credenciadas da Contratada.

5.7.7. Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela Contratada, poderá ser admitida a substituição por peça definida no item 5.1.10.4, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

5.7.8. Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a Contratada deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para o Contratante.

5.7.9. As peças e acessórios substituídos pelas credenciadas da Contratada deverão ser entregues pelas mesmas à Contratante no ato do recebimento do veículo devidamente consertado.

5.7.10. O prazo para a resposta de solicitação de orçamento por parte das credenciadas deverá ocorrer em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação.

5.7.11. O prazo limite para a execução dos serviços pela credenciada da Contratada será de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de autorização da realização do serviço, salvo se for apresentada justificativa prévia por parte da credenciada aceita pela Contratante.

5.7.12. Os serviços de assistência técnica e manutenção deverão ser prestados de forma ininterrupta no mínimo no período de 8h às 18h, nos dias úteis, e de 9h às 12h, aos sábados, excetuando-se os serviços de guincho e socorro mecânico que devem estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana.

5.7.13. O óleo utilizado nas trocas de óleo do motor, câmbio e direção hidráulica devem seguir as especificações estabelecidas ou recomendadas pelos fabricantes.

5.7.14. O local de execução dos serviços será a oficina da credenciada da Contratada, cujo endereço, telefone e nome do responsável deve constar no orçamento ou, em casos de emergência, no local onde se encontrar o veículo impossibilitado de deslocamento, desde que autorizado pela Contratante.

5.7.15. A oficina credenciada pela Contratada deverá informar à Contratante, via sistema, o prazo de conserto do veículo, a relação dos serviços (mão de obra) e as peças necessárias para execução do mesmo, com a devida descrição (marca/modelo/quantidade).

5.7.16. Caso a oficina credenciada não preste seus serviços a contento, a Contratante comunicará o fato à Contratada, resguardando-se do direito de não mais utilizar os serviços prestados pelo estabelecimento.

5.7.17. Os valores dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelas oficinas cadastradas no sistema via *web*, para análise e aprovação pela Contratante, e nunca poderão ser superiores àqueles constantes nas tabelas de preços do fabricante da marca, sob pena de não aceitação

e necessidade de reformulação do orçamento. Quando for apresentado orçamento para substituição de peças, esse deverá conter código, descrição, marca, quantidade, valor unitário e total.

5.7.18. A manutenção deverá ocorrer, de acordo com o tempo padrão estabelecido nas tabelas do fabricante da marca, que deverá ser mencionada no orçamento realizado e enviado para aprovação da Contratante.

5.7.19. Os serviços deverão ser realizados através de profissionais qualificados, em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia, sendo que não serão aceitas reincidências de defeito, com repetidos retornos às oficinas, por serviços já executados, ficando desde já estabelecido que a Contratada deverá apresentar justificativas por escrito dos problemas geradores das reincidências, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência.

5.7.20. Os serviços somente poderão ser executados após o envio *on-line/real time*, pela oficina conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente *web* da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

5.8 DA GARANTIA DAS PEÇAS, MATERIAIS E DOS SERVIÇOS:

5.8.1. A Contratada deve conceder garantia dos serviços/peças, conforme fiscalizado e exigido pela contratante, na forma a seguir:

5.8.1.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, devem apresentar garantia mínima de 3 (três) meses, contados da efetiva prestação dos serviços, sem prejuízo de garantia maior oferecida originalmente pelo fornecedor da peça ou prestador de serviço.

5.8.1.2. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, de 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia se estenderá ao que terminar por último, sem prejuízo de garantia com prazo maior oferecida originalmente pelo fornecedor da peça ou prestador de serviço.

5.8.1.3. Para os serviços de lanternagem e pintura, contado da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, sem prejuízo de garantia com prazo maior oferecida originalmente pelo fornecedor da peça ou prestador de serviço.

5.8.1.4. Para as peças, componentes e acessórios, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, sem prejuízo de garantia com prazo maior oferecida originalmente pelo fornecedor da peça ou prestador de serviço.

5.8.1.5. Serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor e seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba da direção hidráulica, compressor de ar-condicionado, contados da data da efetiva prestação do serviço, 06 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante.

5.8.1.6. Para os serviços em câmbio e suspensão, contados a partir da data da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 15.000 km, o que ocorrer por último, sem prejuízo de garantia com prazo maior oferecida originalmente pelo fornecedor da peça ou prestador de serviço.

5.8.1.7. Demais serviços e peças: 06 (seis) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante.

5.8.2. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato.

5.9 DA FROTA AUTOMOTIVA A SER GERENCIADA:

5.9.1. O objeto deste Termo de Referência refere-se ao gerenciamento de manutenção de veículos ativos, pertencentes à frota da Contratante, considerando além da frota atual disponível, aqueles veículos que possam vir a ser adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos ou que estejam na posse legal da Polícia Federal, sob responsabilidade da Divisão de Administração da Academia Nacional de Polícia, face à necessidade de restar assegurado um contingente adequado de veículos circulantes, considerando as atividades precípuas dos órgãos participantes e seu emprego imediato.

5.9.2. A quantidade atual de veículos da Polícia Federal, objeto do presente Termo de Referência, é de 105 (cento e cinco) veículos. No Anexo I constam os veículos e suas respectivas características.

5.9.3. O gerenciamento mensal deverá atender até 126 (cento e vinte e seis) veículos, que correspondem aos atuais da Academia Nacional de Polícia, acrescidos da margem de segurança de 20 % (vinte por cento), embasada na legislação vigente, justificado pelas novas aquisições, cessões, transferências, doações, guarda judicial e outros casos de veículos a serviço da Contratante.

5.9.4. Somente caberá cobrança de taxa de administração, mensalmente, para aqueles veículos efetivamente mantidos, limitada a uma unidade de taxa por veículo, independente da quantidade de manutenções sofridas pelo mesmo veículo, conforme dispõe item 14.8 deste Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. A cada necessidade de serviço, a contratante solicitará, através do sistema informatizado de gestão, orçamentos diretamente às credenciadas que, de forma detalhada, deverão abranger código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, bem como a quantidade de quilômetros necessários para o transporte do veículo (quando utilizado serviço de guincho), incluindo o prazo para realização dos serviços, sendo que todos os documentos resultantes dessa solicitação, deverão ser impressos para fins de atendimento ao disposto neste Termo de Referência.

6.2. O procedimento para reparo de um veículo seguirá a seguinte sistemática, que configura o gerenciamento de manutenção de frota:

6.2.1. Havendo necessidade de execução de serviços, o fiscal da localidade de lotação do veículo poderá solicitar outros orçamentos por meio do Sistema.

6.2.2. A oficina credenciada fornecerá o orçamento *on-line*.

6.2.3. A equipe orçamentista da **Contratante** deverá então efetuar levantamentos junto à rede credenciada, no número suficiente e mínimo de 3 (três) estabelecimentos naquela praça, buscando o menor preço e as melhores condições para execução do orçamento proposto, efetuando as consultas de preços quanto à conformidade dos preços do fabricante.

6.2.4. A equipe orçamentista da contratante apresentará o orçamento de menor custo ao fiscal responsável pelo veículo a ser reparado.

6.2.5. O fiscal responsável pelo veículo a ser reparado deverá, sempre que julgar necessário, verificar a conformidade dos valores apresentados, utilizando o sistema AUDATEX MOLICAR, ou outro equivalente técnico, quando for o caso, todos disponibilizados pela Contratada.

6.2.6. O fiscal responsável pelo veículo a ser reparado efetua a autorização *on-line* para a credenciada que apresentou o menor orçamento, conforme descrito no item 6.2.3.

6.3. A credenciada pela Contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da Contratante, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo gestor da frota e/ou pela comissão especialmente designada pela autoridade competente da

Contratante.

6.4. Nos orçamentos apresentados deverão constar também as seguintes informações: data de emissão, marca/modelo do veículo, placa do veículo, hodômetro do veículo no momento do orçamento, e campo “observações” para inclusão de informações que sejam de caráter relevante para o Gestor do Contrato, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada os prejuízos advindos da omissão dessas informações.

6.4.1. Caberá à equipe orçamentista da **Contratante** verificar se o preço final proposto está de acordo com o preço praticado no mercado, o que poderá ser feito por meio de consulta *on-line* ao sistema AUDATEX MOLICAR, ou equivalente técnico, ou ainda, quando não houver outro meio, pesquisa em estabelecimentos concessionários do fabricante.

6.5. O fiscal da frota poderá recusar os orçamentos, pedir sua revisão, inclusão de itens ou aceitá-los parcialmente, comprometendo-se a rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a Contratada o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da rejeição, para incluir, refazer ou corrigir os serviços não aceitos.

6.5.1. Sempre que algum valor de peça ou mão de obra não constar nas tabelas *on-line* fornecidas pela Contratada, a equipe orçamentista deverá comprovar a pesquisa de preço no mercado, registrando todos os dados da consulta, que poderá ser feita às tabelas de preços fornecidas pelos fabricantes, nos sítios eletrônicos disponíveis para consulta, na própria loja de venda de peças, ou ainda via telefone, e-mail, ofício, ou pessoalmente, desde que conste registrada a forma utilizada, podendo para isso inserir anotações no corpo do próprio orçamento apresentado.

6.5.1.1. Os preços para o item 3 terão como valor limite aqueles constantes na tabela de preço fornecida pelos fabricantes.

6.5.2. Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação em razão da existência de um único fornecedor, dever-se-á registrar esta informação, que servirá, por meio da apresentação de notas fiscais ou documentos que comprovem fornecimento anterior, como justificativa para a ausência de comparativos de mercado.

6.5.3. No caso de veículos que tenham modificações estruturais, pela especificidade das atividades desenvolvidas (por exemplo: ambulâncias), e consequentemente as partes que também sofreram adaptações (mecânicas e/ou elétricas), o parâmetro de comparação não levará mais em conta a originalidade inicial (antes da modificação), mas sim aquela configuração apresentada desde o início do uso pela Contratante.

6.6. O Fiscal responsável autorizará a execução de serviço através do próprio sistema informatizado disponibilizado pela Contratada, cabendo-lhe, ainda, declarar, em documento a ser encaminhado para subsidiar o ateste de notas fiscais a ser feito pelo fiscal, que o preço final está de acordo com os limites estabelecidos neste Termo de Referência.

6.7. O Fiscal responsável deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças originais, objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, bem como receber as peças substituídas.

6.8. É prerrogativa do Fiscal responsável rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente Termo de Referência e seus anexos.

6.9. Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da Contratada terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças orçadas, independente de flutuações do mercado de autopeças e da data em que a Contratante autorizar a execução dos serviços.

6.10. Havendo alteração nos preços praticados pelas montadoras, caberá à Contratada fornecer à Contratante as novas tabelas de preços atualizados.

6.11. Caberá à Contratada, em até 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do Contrato, fornecer aos fiscais do contrato, as tabelas de tempo padrão dos fabricantes de cada marca, em meio impresso e/ou eletrônico.

6.12. As tabelas apresentadas prestar-se-ão para o acompanhamento dos preços a serem pagos por cada serviço executado onde os valores da hora não poderão exceder aqueles constantes na tabela tempária, ou na tabela do fabricante quando não houver previsão.

6.13. As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo as credenciadas pela Contratada abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.

6.14. Após receber solicitação para remover o veículo, a ser emitida pelo Fiscal responsável, ou receber o veículo com condições próprias de locomoção em suas instalações, o credenciado da Contratada terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar orçamento prévio para os devidos reparos, ou não tendo condições de fazê-lo nesse prazo, deverá apresentar as justificativas ao Fiscal, informando por escrito um novo prazo, que, em nenhuma hipótese, deverá ser superior a 72 (setenta e duas) horas.

6.15. Poderão ser trocadas todas as peças que compõem o veículo, inclusive de seus acessórios, desde que o orçamento não ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

6.15.1. Fica estabelecido o uso da tabela FIPE para consulta do valor de mercado dos veículos a serem consertados.

7. DA RECEPÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias a contar do momento em que a credenciada avisar que o serviço foi executado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

7.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

7.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3 Notificar a Contratada, de maneira formal, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência e seus anexos.

8.5 Permitir acesso da Contratada às dependências das unidades contratantes, para inspeção, instalação e manutenção do sistema informatizado de gerenciamento de veículos, sempre que necessário.

8.6 Fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

8.7 Acompanhar os serviços durante sua execução pela Contratada e suas credenciadas.

8.8 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.

8.9 Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio das Bases de Gerenciamento.

8.10 Fornecer a relação de usuários e veículos a serem cadastrados para execução contratual.

8.11 Disponibilizar os meios necessários e compatíveis para recebimento dos arquivos eletrônicos enviados pela Contratada.

8.12 Solicitar à rede credenciada da Contratada os orçamentos para execução dos serviços e fornecimento de peças e/ou acessórios.

8.13 Aprovar os orçamentos encaminhados pelas oficinas conveniadas da Contratada.

8.14 Acompanhar os serviços durante sua execução pela Contratada e suas credenciadas.

8.14 Efetivar mensalmente, à Contratada o pagamento pelos serviços executados, após o aceite das notas fiscais, pelo fiscal do contrato.

8.15 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

8.16 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Termo de Referência e

seus anexos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o estipulado no Termo de Referência e anexos, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de culpa da Contratada ou de uma credenciada sua, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.3 Responsabilizar-se por manter as exigências estipuladas no item 5.4.1, atentando para o previsto no item 5.4.2.

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão em suas instalações para a execução do serviço.

9.7 Apresentar relação de sua rede credenciada em prazo não superior a 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

9.8 Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

9.9 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações da Contratante.

9.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.12 Manter durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15 Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato, de modo a manter os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeitos, efetuando-se verificações, consertos e lubrificações que se fizerem necessários, bem como todos os demais serviços recomendados para uma manutenção adequada.

9.16 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, em rigorosa observância aos detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pela Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, utilizando mão de obra especializada e materiais que estejam dentro do prazo de validade, tudo de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da Contratante, conforme o Termo de Referência e seus anexos.

9.17 Promover treinamento aos condutores/usuários dos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

9.18 Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da Contratante.

9.19 Possibilitar exportação de todos os dados constantes no seu banco de dados referentes aos veículos da Contratante, objetivando que se possa dar seguimento às ações do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, que deverão ser fornecidos nos moldes do lay-out indicado pela Contratante.

9.20 Utilizar somente empregados registrados pelas suas credenciadas para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a que se refere a presente contratação.

9.21. Fornecer todo o material necessário à manutenção preventiva e corretiva e dispor de todas as ferramentas, equipamentos e instalações adequados ao tipo de serviço a ser realizado, face às obrigações assumidas.

9.21 Responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens da Contratante, quando resultantes de dolo, ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos empregados das credenciadas ou prepostos, obrigando-se a ressarcir-los.

9.23 Disponibilizar, sempre que solicitado pela Polícia Federal os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.

9.24 Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento.

9.25 Manter, em local visível, nas oficinas e estabelecimentos credenciados, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.

9.26 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da Contratada.

9.27 Informar à sua rede credenciada que as empresas responderão por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, prepostos ou credenciados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à Contratante, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

9.28 Permitir o livre acesso de servidores da Contratante às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução.

9.29 Observar que, sempre que houver necessidade de testes externos com os veículos da CONTRATANTE, os quais em nenhuma hipótese poderão ser realizados em período noturno, as credenciadas da Contratada deverão afixar placas de identificação de cor verde destinadas a experiência, conforme Resolução 231 do CONTRAN,

devendo, ainda, nessas situações, afixar adesivo removível ou placa imantada com seu logotipo e o seguinte dístico “VEÍCULO EM MANUTENÇÃO” ou “VEÍCULO EM TESTE” na traseira do veículo e sobre os braços ou elementos identificadores da Contratante, existentes na lataria do veículo, sendo a segurança pessoal do condutor que realizar os testes de exclusiva responsabilidade do credenciado da Contratada, destacando que nenhum dos acessórios sonoros ou luminosos do veículo policial poderão ser acionados durante tais testes.

9.30 Obedecer, quando em testes externos, às normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro, cabendo à Contratada e suas credenciadas, a total responsabilidade, civil e penal, em caso de acidentes de trânsito ou cometimento de infrações com o veículo da Contratante, devendo a Contratada apresentar o condutor e demais documentos solicitados para o devido preenchimento da respectiva notificação de autuação expedida pelo Órgão de Trânsito.

9.31 Reembolsar a Contratante em caso de qualquer prejuízo advindo de imposição de multas de trânsito ou acidentes com seus veículos, quando estes estiverem sob a guarda/responsabilidade da Contratada e suas credenciadas, independente da apuração por parte da autoridade competente.

9.32 Fornecer à Contratante todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos para que a Contratante verifique o que for mais adequado ao caso.

9.33 Assumir integral responsabilidade, através da credenciada que tiver realizado cada serviço ou fornecimento de peça, pela eficiência do que for executado.

9.34 Fornecer aplicativo totalmente elaborado em ambiente *web*, compatível com o sistema operacional de informática utilizado pela Contratante, que permita capturar informações da frota em rede credenciada, proporcionando controle total sobre as operações de manutenção e assistência 24 h, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, gerando histórico detalhado e observando prazo para atendimento.

9.35 Fornecer acesso ao sistema AUDATEX MOLICAR ou similar, ou informações oriundas das consultas, nos moldes e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.36 Fornecer informações a respeito do funcionamento operacional dos fiscais responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da Contratante, sem qualquer ônus para a mesma.

9.37 Disponibilizar relatórios, a partir de um período preestabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

9.38 Disponibilizar em sítio eletrônico, meios de navegação capazes de gerenciar a manutenção da frota – Gestão, através do acompanhamento de todas as operações em andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações. Ainda, o sistema deverá interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso que forem determinados pelo Contratante, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades descritas neste Termo de Referência.

9.39 Possibilitar à Contratante adquirir por meio da rede credenciada da Contratada, quaisquer serviços, peças, acessórios, componentes, acessórios policiais e outros materiais de uso automotivos solicitados conforme descritos no item 3 e seus subitens, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos.

9.40 Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente operacional em pelo menos 90 % (noventa por cento) do dia, provendo meios de operacionalizá-lo, caso ocorra alguma falha no sistema eletrônico.

9.41 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no parágrafo 1º, do artigo 65,

da Lei nº 8.666/93.

9.42 Manter uma equipe de supervisores responsáveis pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Contratante.

9.43 Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, através de relatórios contendo as informações necessárias à identificação dos veículos objetos da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamento e/ou serviços aplicados.

9.44 Verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas de suas credenciadas utilizados para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante.

9.45 Enviar para a Contratante, por meio de sistema informatizado, através da sua rede credenciada, orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados nos veículos, com as descrições de peças, lubrificantes, componentes, produtos e serviços com os respectivos tempos de execução em horas centesimais e preços líquidos, bem como apresentar tabela de valores das concessionárias, para fins de verificação e aprovação.

9.46 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação feita pela Contratante.

9.47 Manter todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada (Oficinas, Concessionárias, prestadoras de serviço) da empresa a ser contratada, informados de que cabe à Contratada, reembolsos de quaisquer naturezas ou em quaisquer hipóteses, inexistindo qualquer relação financeira entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

9.48 Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.

9.49 Atender todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como assumir inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade das peças fornecidas e dos serviços executados, comprometendo-se a substituir, através da credenciada que realizou o serviço/troca de peça, as peças ou refazer os serviços que não atenderem as especificações do fabricante ou forem recusados pela Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da solicitação formal dada pelo fiscal da Contratante, sem qualquer ônus para a mesmo.

9.50 Eventuais prejuízos advindos de fraude ou clonagem dos cartões utilizados na execução do contrato deverão ser suportados pela prestadora do serviço, a quem compete os riscos da atividade empresarial". (Acórdão n. 46/2017 - P).

10. DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1 Não será admitida a subcontratação.

11. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.3 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02 de 2008, quando for o caso.

11.4 O fiscal poderá, sem perda da qualidade na execução do serviço, sugerir a autoridade administrativa o redimensionamento do montante pactuado com base na análise da execução financeira anual, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhado de documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, assim como também deverá constar a lista de serviços executados.

11.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8 A Contratante será responsável pelas cotações e negociações de preço.

11.8.1 Sempre que julgar necessário o fiscal do contrato poderá complementar as cotações apresentadas, por qualquer outro meio, para verificar a conformidade dos preços com o praticado no mercado.

11.8.2 Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de orçamentos.

11.9 O fiscal do contrato será responsável pelos seguintes itens:

11.9.1 Solicitação de serviços.

11.9.2 Aprovação de orçamentos eletrônicos.

11.9.3 Autorização de serviços.

11.9.4 Recebimento dos produtos e serviços, emitindo os orçamentos recebidos e laudo de aceitação de serviços/materiais, que servirá de subsídio para os Gestores Gerais da Frota, quanto ao ateste das notas fiscais.

11.10 Para cada solicitação de serviço, o Fiscal responsável deverá, obrigatoriamente, atentar para o que segue:

11.10.1 Disparar a solicitação de serviço, através do sistema informatizado disponibilizado pela Contratada.

11.10.2 Aprovar orçamentos eletrônicos, que apresentará o menor preço, dentro das cláusulas Contratadas, após as cotações e negociações realizadas junto à sua rede credenciada.

11.10.3 Autorizar a Contratante o orçamento escolhido, que será sempre aquele que contiver o menor preço para a administração.

11.10.4 Emitir laudo de aceitação dos serviços/materiais executados.

11.10.5 Emitir relatório dos serviços executados.

11.11 A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal responsável pela unidade de lotação do veículo mantido, a quem caberá:

11.11.1 No caso da Gestão da Frota:

11.11.11.1.1 Autuar processo de acompanhamento e fiscalização, juntando aos autos cópia da Portaria de designação, do Termo de Referência com a Tabela de preços do fabricante, contrato, e outros documentos pertinentes ao acompanhamento do processo, durante toda sua vigência.

11.11.11.2 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (*e-mail*) ou ofício, junto à Contratada.

11.11.11.3. Acompanhar o prazo de vigência do contrato, mantendo gestões por escrito junto à Contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual, apresentando opinamento e motivação, respeitando antecedência mínima de 90 (noventa) dias para a preparação da nova licitação.

11.11.11.4 Solicitar, aprovar ou rejeitar orçamento, acompanhar a realização dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/peças, dos veículos lotados sob sua responsabilidade.

11.11.11.5 Atestar as notas fiscais, inclusive no cronograma físico-financeiro - SIASG, após a apresentação das mesmas pela Contratada, e dos documentos pertinentes encaminhados pelos fiscais responsáveis.

DO PREÇO:

12.1 A Contratante pagará pela execução dos serviços de administração e gerenciamento de despesas de manutenção automotiva em geral, preventiva e corretiva, por meio de sistema informatizado, com fornecimento de todos os serviços e peças/materiais, tomando por base os valores e percentuais indicados na proposta da Contratada, considerando-se as especificidades constantes neste Termo de Referência.

12.2 Os valores de administração pelo gerenciamento da manutenção serão calculados com base na quantidade de veículos efetivamente mantidos no mês, estimados nos moldes estabelecidos no item 5.10.3 deste Termo de Referência, limitados a uma unidade de taxa por viatura, independentemente da quantidade de manutenções a que foi submetida no período, multiplicados pelo valor fixo de taxa oferecida pela Contratada vencedora da licitação.

12.3 Os preços para os serviços deverão ser calculados e pagos consoante o tempo padronizado na Tabela Tempária do fabricante do veículo. Estas tabelas deverão ser fornecidas pela Contratada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, não podendo ser aceito qualquer serviço cuja hora/serviço apresentada seja superior ao valor da hora máxima admitida constante no ANEXO VI, aplicados os percentuais de descontos contratados. Os percentuais de descontos contratados incidirão sob o valor do orçamento a ser aprovado pelo fiscal, e devem constar de forma clara e objetiva no próprio orçamento.

12.3.1 Caso o orçamento apresentado pela credenciada seja menor que o valor de referência constante no ANEXO VI, o desconto obrigatoriamente incidirá sobre aquele.

12.4 Os preços a serem pagos pelo fornecimento de lubrificantes, peças componentes ou produtos na rede credenciada de estabelecimentos serão aqueles especificados em orçamento, e terão como limite o valor à vista especificado nas tabelas de preços das montadoras ou sistema AUDATEX MOLICAR ou equivalente técnico. Os percentuais de descontos contratados incidirão sob o valor do orçamento a ser aprovado pelo fiscal, e devem constar de forma clara e objetiva no próprio orçamento.

12.5 Os serviços e/ou fornecimento de peças cuja peculiaridade e especificidade de suas características, não tenha instrumento formulado para comparação, tais como, acessórios policiais, fornecimento de pneus, e todos os demais para os quais o caso se aplique, deverão ser pagos considerando-se pesquisa de mercado realizada pelo Gestor Local da frota na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.

12.6 Os preços das peças/produtos a serem praticados no Contrato deverão obedecer, os limites de preço à vista estabelecida na tabela de preços das concessionárias autorizadas. Os percentuais de descontos contratados deverão incidir no valor do orçamento apresentado, de forma clara e objetiva, separados por desconto de peças e de

serviços, antes da aprovação pelo fiscal responsável.

13. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1 A previsão orçamentária, para o exercício financeiro de 2018 para gerenciamento de frota desta unidade da Polícia Federal, definida através da estimativa de preços é de R\$ 585.370,26, (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e vinte e seis centavos), dos quais R\$ 378.120,00 (trezentos e setenta e oito mil e cento e vinte reais) são destinados à reposição de peças e R\$ 185.726,66 (cento e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte seis reais e sessenta e seis centavos) destinados a serviços de manutenção. e 21.523,57 (vinte um mil quinhentos e vinte e tres reais e cinquenta e sete centavos) destinados à taxa de administração.

13.2 A CONTRATANTE não pagará valor global anual maior que R\$ 585.370,26, sendo esse o valor máximo aceitável para o certame em tela.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200340

Fonte: 01000000000

Programa de Trabalho: 06122211220000001

Elementos de Despesa: 3.3.3.90.30-39 (Material para Manutenção de Veículos) e 3.3.3.90.39-19 (Manutenção e Conservação de Veículos)

PI: PF99900AG18

14.2 As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

14.3 A Contratante se reserva o direito de promover o contingenciamento das transações efetuadas de forma a proceder os devidos ajustes de acordo com a política orçamentária vigente.

14.4 Os valores referenciados são estimativos, portanto poderá ocorrer variações decorrentes da inovação tecnológica das UA utilizadas, adequação de uso de produtos e atendimento a demandas operacionais específicas.

15 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

15.1 O contrato a ser celebrado terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, desde que estejam presentes preços e condições mais vantajosas para a Administração, por tratar-se de serviço essencial para o desempenho das atividades da Polícia Federal.

15.1.1 Ainda, o instituto da prorrogação observa o disposto no Art. 6º da IN 02/2008-SLTI/MPOG, visto que a utilização de veículos está intimamente ligada à missão institucional da Polícia Federal, cujas justificativas jazem expostas no item 2 do presente termo.

15.1.2 Os serviços, objeto da presente contratação, caracterizam-se pela necessidade de prestação continuada. Sua eventual interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração. Trata-se, portanto, de serviço de caráter permanente.

15.1.3 Registre-se, ainda, a essencialidade do serviço a ser contratado. O serviço de gerenciamento da manutenção da frota de veículos é essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente. É essencial, ainda, para manter o funcionamento das atividades finalísticas da Polícia Federal, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de sua missão institucional

16. DAS SANÇÕES:

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1 Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

16.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto.

16.1.3 Fraudar na execução do contrato.

16.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

16.1.5 Cometer fraude fiscal.

16.1.6 Não manter a proposta.

16.2 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, esta estará sujeita às sanções previstas nos Art. 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993 e à rescisão do Contrato, na forma prevista nos Art. 79 e 80 do referido diploma legal, sendo que, para fixação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:

16.2.1 Advertência por escrito, uma única vez, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do presente Contrato e da Proposta de Preços.

16.2.2 Multa moratória, na hipótese de atraso na execução do serviço ou demora injustificada nas devoluções, obedecida a seguinte fórmula:

16.2.2.1 $M = (C/T) \times N \times F$, sendo:

16.2.2.1.1 M = valor da multa;

16.2.2.1.2 C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;

16.2.2.1.3 T = prazo para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;

16.2.2.1.4 N = período de atraso, em dias corridos, e

16.2.2.1.5 F = fator progressivo (fator de correção por dia de atraso), obtido na tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 (dez) dias	0,03
De 11 (onze) a 20 (vinte) dias	0,06
De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias	0,09
De 31 (trinta e um) a 40(quarenta) dias	0,12
De 41 (quarenta e um) a 60 (sessenta) dias	0,15

16.3 Multa Específica, no valor equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato, pelo

descumprimento de qualquer outra obrigação legal ou contratual. A termo de exemplificação, considera-se descumprimento de obrigação ajustada a contratada não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços ou impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização.

16.4 Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução total ou parcial do contrato ou atrasar a execução do serviço por período superior a 60 (sessenta) dias corridos. Em ambos os casos, ocorrerá a rescisão do contrato.

16.5 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

16.6 Declaração de inidoneidade, nos seguintes casos:

16.6.1 Se a Contratada descumprir ou cumprir parcialmente obrigação decorrente deste Termo de Referência, desde que desses fatos resultem prejuízos à Contratante.

16.6.2 Se o fornecedor sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais; e

16.6.3 Se o fornecedor tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

16.7 Se os valores dos encargos referidos nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, serão automaticamente descontados da primeira parcela do valor a que a essa fizer jus.

16.8 As multas, quando cabíveis, serão cumulativas entre si e com as demais sanções. Poderão ser cobradas, para exemplificar, uma multa moratória e uma multa específica, ambas cumuladas com uma advertência.

16.9 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.9.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.9.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

16.9.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

16.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.13 A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à Contratante.

17. DO REAJUSTE:

17.1 - O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do setorial, ou na falta dele, utilizar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA;

17.1.1 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

18. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

18.1 O valor contratado poderá ser revisto, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição para a justa remuneração da prestação dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma do Art. 65, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 1993, mediante solicitação formal do contratado, obedecida a seguinte condição:

18.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de planilha analítica e documento que comprove a superveniência de fatos imprevisíveis, ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou “fato do príncipe”, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, porém de consequências incalculáveis, demonstrando o seu impacto nos custos do contrato.

19. DO IMPACTO AMBIENTAL:

19.1 Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação.

20. DA SUSTENTABILIDADE:

20.1 Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei n.º 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

20.2 Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

20.3 A Contratada deverá buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

20.3.1 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

20.3.1.1 Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

20.3.1.2 Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de Contratada coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

20.3.1.3 Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

20.3.2 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

20.3.3 Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de

18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

20.3.4 Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO's abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes.

20.3.4.1 Quanto a frascos de aerossol em geral, a Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

20.3.5 Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

20.3.6 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

20.3.7 Respeitar as Normas Brasileiras de Regulamentação – NBRs, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

20.3.8 Propor ao Contratante medidas que visem a economia de combustíveis e também a emissão de gases poluentes.

21. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

21.1 Para a presente contratação será estabelecido Instrumento de Medição de Resultados - IMR na forma definida neste Termo de Referência, para mensuração da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, que será aferida pela agilidade no processo de reparação do veículo.

21.1.1 Instrumento de Medição de Resultados - IMR, para os fins deste Termo de Referência, é um instrumento escrito pelo contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme dispõe a Instrução Normativa SLTI nº 5/2017.

21.2 Havendo descumprimento do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, sem que a CONTRATANTE tenha concorrido para a causa ou que esta sobrevenha de fato comprovadamente alheio ao controle da CONTRATADA, o pagamento da Taxa de Administração será ajustado conforme descrito no Anexo IV.

21.3 O limite aceitável para reparação do veículo será estabelecido com base nos dias de atraso.

21.4 A verificação será realizada a cada ordem de serviço aberta.

21.5 Detalhes do IMR estão descritos no anexo IV do presente Termo.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1 A Contratante não fornecerá à Contratada materiais, equipamentos, mão de obra, etc., para a execução dos serviços.

22.2 A Contratada arcará com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços de que trata o presente Termo de Referência.

23 DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

23.1 Informações e esclarecimentos complementares sobre este Termo de Referência poderão ser obtidas junto a Divisão de Administração – DAD/ANP/DGP/PF, por meio do endereço dad.anp@dpf.gov.br e do fone (61) 2024-8944.

Brasília, 06 de julho de 2018.

LEONARDO GONÇALVES ESTEVAM

Agente de Polícia Federal

Chefe do SETRAN/DAD/ANP/DGP/PF



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO GONCALVES ESTEVAM**, **Chefe de Setor**, em 28/08/2018, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8029707** e o código CRC **14992889**.

Referência: Processo nº 08200.308224/2016-98

SEI nº 8029707